

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	7.855.000	7.457.000
1.01	Ativo Circulante	1.380.000	1.012.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	650.000	386.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	319.000	231.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	319.000	231.000
1.01.03	Contas a Receber	344.000	312.000
1.01.03.01	Clientes	344.000	312.000
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	343.000	312.000
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	1.000	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.000	17.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	61.000	66.000
1.01.08.03	Outros	61.000	66.000
1.01.08.03.02	Pagamentos antecipados relacionadas a concessão	52.000	52.000
1.01.08.03.04	Despesas antecipadas e outros créditos	9.000	14.000
1.02	Ativo Não Circulante	6.475.000	6.445.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	679.000	610.000
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.000	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	678.000	610.000
1.02.01.10.03	Contas a receber das operações	20.000	22.000
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.000	2.000
1.02.01.10.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	555.000	568.000
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	1.000	1.000
1.02.01.10.07	Contas a receber de operações com derivativos	101.000	17.000
1.02.03	Imobilizado	182.000	178.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	123.000	128.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.000	5.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	55.000	45.000
1.02.04	Intangível	5.614.000	5.657.000
1.02.04.01	Intangíveis	5.614.000	5.657.000
1.02.04.01.02	Intangível	5.529.000	5.589.000
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	85.000	68.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	7.855.000	7.457.000
2.01	Passivo Circulante	722.000	545.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.000	18.000
2.01.02	Fornecedores	72.000	61.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	72.000	61.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	239.000	220.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	220.000	202.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	164.000	150.000
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	56.000	52.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	19.000	18.000
2.01.03.03.02	ISS a recolher	19.000	18.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	230.000	205.000
2.01.04.02	Debêntures	230.000	205.000
2.01.05	Outras Obrigações	108.000	40.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.000	13.000
2.01.05.02	Outros	98.000	27.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.000	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	5.000	5.000
2.01.05.02.05	Outras obrigações	14.000	14.000
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	2.000	3.000
2.01.05.02.07	Passivo de contrato	4.000	5.000
2.01.05.02.08	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	57.000	0
2.01.06	Provisões	59.000	1.000
2.01.06.02	Outras Provisões	59.000	1.000
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	59.000	1.000
2.02	Passivo Não Circulante	5.971.000	6.038.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.491.000	4.502.000
2.02.01.02	Debêntures	4.491.000	4.502.000
2.02.02	Outras Obrigações	27.000	51.000
2.02.02.02	Outros	27.000	51.000
2.02.02.02.07	Fornecedores	8.000	32.000
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	2.000	2.000
2.02.02.02.09	Passivo de contrato	17.000	17.000
2.02.03	Tributos Diferidos	1.435.000	1.453.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.435.000	1.453.000
2.02.04	Provisões	18.000	32.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.000	31.000
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	17.000	31.000
2.02.04.02	Outras Provisões	1.000	1.000
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	1.000	1.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.162.000	874.000
2.03.01	Capital Social Realizado	247.000	247.000
2.03.04	Reservas de Lucros	627.000	627.000
2.03.04.01	Reserva Legal	49.000	49.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.000	197.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	381.000	381.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	288.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	941.000	858.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-345.000	-213.000
3.02.01	Custo de construção	-19.000	-7.000
3.02.02	Provisão de manutenção	-156.000	-36.000
3.02.03	Depreciação e amortização	-101.000	-95.000
3.02.04	Custo de outorga	-28.000	-27.000
3.02.05	Serviços	-7.000	-14.000
3.02.06	Custo com pessoal	-22.000	-23.000
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-6.000	-5.000
3.02.08	Outros	-6.000	-6.000
3.03	Resultado Bruto	596.000	645.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.000	-53.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.000	-53.000
3.04.02.01	Serviços	-5.000	-10.000
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-21.000	-15.000
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.000	-1.000
3.04.02.05	(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	14.000	-1.000
3.04.02.06	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-5.000	-6.000
3.04.02.07	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-5.000	-3.000
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-1.000	-1.000
3.04.02.12	Indenizações civil e trabalhista	-3.000	-2.000
3.04.02.13	Gastos com viagens e estadias	-1.000	0
3.04.02.14	Outras despesas (receitas) operacionais	-10.000	-14.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	558.000	592.000
3.06	Resultado Financeiro	-101.000	-149.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	457.000	443.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-150.000	-145.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	307.000	298.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	307.000	298.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,75429	1,70299
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,75429	1,70299

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	307.000	298.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	307.000	298.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	545.000	488.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	667.000	613.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	307.000	298.000
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-18.000	2.000
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	13.000	13.000
6.01.01.04	Depreciação e amortização	101.000	97.000
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	1.000	0
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures	158.000	157.000
6.01.01.10	Depreciação - direito de uso em arrendamento	1.000	0
6.01.01.12	Constituição líquida de reversão e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e tri	-10.000	4.000
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	156.000	36.000
6.01.01.14	Rendimento de aplicações financeiras	-8.000	-3.000
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-34.000	-2.000
6.01.01.16	Ajuste a valor presente de provisão manutenção	1.000	11.000
6.01.01.18	Resultado de operações com derivativos	7.000	0
6.01.01.19	Valor justo de debêntures	-8.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-122.000	-125.000
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-29.000	-22.000
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-1.000	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	12.000	8.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	4.000	3.000
6.01.02.07	Fornecedores	-13.000	19.000
6.01.02.08	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-3.000	-2.000
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-4.000	-3.000
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	153.000	135.000
6.01.02.11	Pagamento de IR e CS	-137.000	-125.000
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-99.000	-126.000
6.01.02.14	Outras obrigações	0	-9.000
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-4.000	-3.000
6.01.02.17	Passivo de contrato	-1.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110.000	-127.000
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-9.000	-7.000
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-21.000	-9.000
6.02.03	Aplicações financeiras liquidas de resgate	-80.000	-111.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-171.000	0
6.03.01	Liquidação de Operações com Derivativos	-34.000	0
6.03.03	Debêntures - pagamento de juros	-136.000	0
6.03.15	Passivo de arrendamento (pagamentos)	-1.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	264.000	361.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	386.000	377.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	650.000	738.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.000	0	627.000	0	0	874.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.000	0	627.000	0	0	874.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	307.000	0	307.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	307.000	0	307.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-19.000	0	-19.000
5.06.04	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.000	0	-19.000
5.07	Saldos Finais	247.000	0	627.000	288.000	0	1.162.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.000	0	287.000	0	0	534.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.000	0	287.000	0	0	534.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-50.000	0	0	-50.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.000	0	0	-41.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.000	0	0	-9.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	298.000	0	298.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	298.000	0	298.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	247.000	0	237.000	298.000	0	782.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.028.000	938.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.028.000	938.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-236.000	-129.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.000	-23.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.000	-36.000
7.02.04	Outros	-203.000	-70.000
7.02.04.01	Custo de construção	-19.000	-7.000
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-156.000	-36.000
7.02.04.03	Outorga	-28.000	-27.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	792.000	809.000
7.04	Retenções	-102.000	-96.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.000	-96.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	690.000	713.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.000	18.000
7.06.02	Receitas Financeiras	92.000	18.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	782.000	731.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	782.000	731.000
7.08.01	Pessoal	37.000	33.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.000	24.000
7.08.01.02	Benefícios	9.000	8.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.000	1.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	242.000	230.000
7.08.02.01	Federais	192.000	184.000
7.08.02.03	Municipais	50.000	46.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	196.000	170.000
7.08.03.01	Juros	193.000	167.000
7.08.03.02	Aluguéis	3.000	3.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	307.000	298.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	19.000	0
7.08.04.02	Dividendos	0	9.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	288.000	289.000

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Janeiro a Março/2026

A AutoBAn (“Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A (“Motiva”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T25.

1.1 Principais indicadores:

- A receita líquida operacional foi de R\$ 922 milhões (8,3%);
- O EBIT diminuiu para R\$ 558 milhões (-5,7%) e a margem EBIT ajustada foi de 60,5% (-9,1 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 829 milhões (12,5%) e a margem EBITDA ajustada 89,9% (3,3 p.p.);
- O lucro líquido totalizou R\$ 307 milhões (3%).

Indicadores (R\$ MM)	1T26	1T25	Var.%
Receita Líquida Operacional*	922	851	8,3%
EBIT (ajustado)	558	592	-5,7%
Margem EBIT Ajustada (a)	60,5%	69,6%	-9,1 p.p.
EBITDA (ajustado)	829	737	12,5%
Margem EBITDA (ajustada) (a)	89,9%	86,6%	3,3 p.p.
Lucro Líquido	307	298	3%

*Receita Líquida Operacional é a Receita Líquida deduzida da Receita de Construção.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

1.2 Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq ¹)	1T26	1T25	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	34.752.709	33.911.104	2,5%
Veículos Comerciais (Eq)	43.783.727	43.022.006	1,8%
Veículos Equivalentes	78.536.436	76.933.110	2,1%

Comentário do Desempenho

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (+2,1%)

O tráfego consolidado do 1T26 registrou crescimento de 2,1% sobre o 1T25, impactado positivamente sobretudo pelo desempenho do tráfego de passeio. Os maiores crescimentos ocorreram nas praças de Valinhos (+4,4%) e Perus (+4,0%).

Veículos de passeio (+2,5%)

O tráfego de passeio registrou crescimento de 2,5% no 1T26 na comparação com mesmo período do ano de 2025, mantendo o comportamento acelerado visto nos últimos trimestres. Tal crescimento é atribuído ao bom desempenho econômico do estado de SP que favorece os deslocamentos para trabalho, comércio e turismo.

Veículos comerciais (+1,8%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T26 registrou crescimento de 1,8% sobre o mesmo período do ano anterior. O resultado é atribuído ao crescimento econômico do estado de SP (comércio e indústria), bem como ao escoamento de commodities agrícolas destinados a Santos (soja, milho e açúcar).

1.3 Reajustes de tarifas de pedágio

A tarifa de pedágio foi reajustada em 5,32% a partir da zero hora de 1º de julho de 2025, considerando a variação acumulada de 12 meses do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de junho de 2024 a maio de 2025.

Em 24 de junho de 2025, foi autorizado o acréscimo de R\$ 0,10 nas tarifas por praça de pedágio para a Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - AUTOBAN, responsável pelo Lote 1 do Programa Estadual de Concessão de Rodovias, por determinação da Secretaria de Parcerias em Investimentos, bem como foram mantidas as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato nº 005/CR/98 - Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - AUTOBAN, de 2023 e 2024, autorizadas no âmbito da deliberação proferida pelo Conselho Diretor da ARTESP, totalizando a aplicação de R\$ 0,30 nas tarifas de pedágio por praça de pedágio a partir de 1º de julho de 2025.

Comentário do Desempenho

1.4 Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	1T26	1T25	Var. %
Receita de Pedágio	990	916	8,1%
Receitas Acessórias	19	15	28,6%
Receita Bruta Operacional Total	1.009	931	8,4%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	1T26	1T25	Var. %
Total	19	7	171,4%

Variação conforme o cronograma de investimentos de cada período. Efeito especialmente das obras de implantação da faixa adicional na SP-348, entre os km 47 e 50, sentido Norte, além das obras de desassoreamento na SP-330, iniciadas em 2026.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T26 (conforme demonstrado no quadro 1.1) foi 8,3% maior do que no mesmo período do ano anterior, em decorrência especialmente do reajuste da tarifa (5,32%) e do aumento adicional da tarifa de pedágio em R\$ 0,10 pelo Poder Concedente como medida cautelar de mitigação do impacto de desequilíbrios (entre os quais o da COVID-19) a partir de 1º de julho de 2025.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) totalizaram o valor de R\$ 87 milhões.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	1T26	1T25	Var. %
Custo de Construção	19	7	171,4%
Provisão de Manutenção	156	36	333,3%
Depreciação e Amortização	102	96	6,3%
Custo da Outorga	28	27	3,7%
Serviços de Terceiros	12	24	-50%
Pessoal	43	38	13,2%
Materiais, Equipamentos e Veículos	6	5	20,0%
Outros	17	33	-48,5%
Custos Totais	383	266	44%

Comentário do Desempenho

Custo de construção: O custo de construção apresentou um aumento de 171,7% no 1T26 quando comparado ao 1T25. O aumento é reflexo especialmente das obras de implantação da faixa adicional na SP-348, entre os km 47 e 50, sentido Norte, além das obras de desassoreamento na SP-330, iniciadas em 2026.

Provisão para manutenção: A provisão para manutenção aumentou 333,3% quando comparada ao 1T25. A variação se deve ao ajuste de base gerado para balancear os valores provisionados e realizados.

Depreciação e amortização: O principal efeito da variação nesse grupo foi a entrada de investimentos para o definitivo.

Custo da outorga: O custo da outorga no 1T26 aumentou 3,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A variação é justificada pelos maiores desembolsos com outorga variável, reflexo direto do aumento da receita operacional do período.

Serviços de terceiros: Os valores no 1T26 estão 50% menores se comparados ao 1T25, devido à diminuição dos custos de serviços compartilhados (custeio).

Pessoal: O custo com pessoal no 1T26 foi 13,2% maior em comparação com o mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao aumento dos valores com mão de obra de serviços compartilhados e acréscimo no quantitativo de pessoal administrativo.

Materiais, equipamentos e veículos: Os valores do 1T26 aumentaram 20% em relação ao 1T25 efeito, especialmente, da maior demanda de materiais de consumo e aluguel de equipamentos pelas equipes de conservação de rotina.

Outros: Os valores do 1T26 diminuíram 48,5% em relação ao 1T25. A variação se deu, especialmente, pela reversão significativa de provisão em processo judicial tributário no ano de 2026.

Comentário do Desempenho**EBITDA**

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	1T26	1T25	Var.%
Lucro Líquido	307	298	3%
(+) IR/CS	150	145	3,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	101	149	-32,2%
(+) Depreciação e Amortização	102	96	6,3%
EBITDA (a)	660	688	-5,1%
Margem EBITDA	70,1%	80,2%	10,8 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	13	13	0,0%
(+) Provisão de Manutenção	156	36	333,3%
EBITDA ajustado	829	737	12,5%
Margem EBITDA ajustada (c)	89,9%	86,6%	3,3 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	1T26	1T25	Var.%
Lucro Líquido	307	298	3%
(+) IR/CS	150	145	3,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	101	149	-32,2%
EBIT (a)	558	592	-5,7%
Margem EBIT	59,3%	69,0%	10,4 p.p.
Margem EBIT Ajustada (d)	60,5%	69,6%	-9,1 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 156/2022.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas informações trimestrais (ITR).

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	1T26	1T25	Var.%
Despesas Financeiras	193	167	15,6%
Juros e variações monetárias	158	157	-0,6%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1	11	-90,9%
Capitalização de custos dos empréstimos	(34)	(2)	1600,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	1	1	-
Perda com operações de derivativos	55	0	-
Valor justo sobre debêntures	12	0	-
Receitas Financeiras	(92)	(18)	411,1%
Rendimento sobre aplicações financeiras	(23)	(17)	35,3%
Juros e outras receitas financeiras	(1)	(1)	-
Ganho com operações de derivativos	(48)	(0)	-
Valor justo sobre debêntures	(20)	(0)	-
Resultado Financeiro Líquido	101	149	-32,2%

O Resultado Financeiro Líquido no 1T26 variou 32,2% quando comparado com o 1T25, principalmente em decorrência da contabilização da capitalização gerada pelo contrato da 16ª Emissão de Debêntures (Série Incentivada).

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	1T26	1T25	Var.%
Total de acidentes	1.101	1.190	-8,1%
Total de vítimas	708	726	-2,5%

Comentário do Desempenho

4. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2026.

Jundiaí, 12 de maio de 2026.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2026

Para este ITR, houve alteração na unidade de apresentação dos saldos atuais e comparativos, que passaram de milhares de Reais para milhões de Reais.

Os saldos apresentados nestas ITRs estão expressos em milhões de Reais, arredondados para a respectiva unidade de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, para fins de submissão do formulário ITR no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que exige a inserção padronizada em milhares de Reais, os valores foram alimentados a partir dos saldos finais já arredondados em milhões, multiplicados por 1.000.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, n.º 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2037, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Neste trimestre findo em 31 de março de 2026, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros; iv) aumento ou redução da tarifa.

Notas Explicativas

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.1.1 Processo em andamento

As movimentações relevantes ocorridas no trimestre, está descrita a seguir e devem ser lidas como uma sequência da redação completa, divulgada nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, respeitando os mesmos títulos de cada processo.

a. Ação de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053

Em 10 de março de 2026, foi proferida decisão deferindo o pedido formulado pelo corréu de suspensão do processo em razão da concessão de medida cautelar na ADI n.º 7236 MC/DF.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de maio de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis materiais

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas contábeis materiais e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	4	7
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	646	379
Total	650	386

Aplicações financeiras	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	319	231
Aplicações financeiras (a)	319	231

As aplicações financeiras foram remuneradas, a taxa média de 101,52% do CDI, equivalente a 15,01% a.a., em 31 de março de 2026 (101,37% do CDI, equivalente a 14,51% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2025).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber

7.1 Contas a receber líquidas

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	343	312
Contas a receber das operações (a)	343	312
Não circulante	20	22
Contas a receber das operações (a)	20	22
Total	363	334

Notas Explicativas

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2 Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	31/03/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	362	334
Créditos vencidos até 60 dias	1	-
Total	363	334

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	457	443
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(155)	(151)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	1	(2)
Incentivo relativo ao imposto de renda	5	5
Juros sobre o capital próprio	7	3
Outros ajustes tributários	(8)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(150)	(145)
Impostos correntes	(168)	(142)
Impostos diferidos	18	(3)
Alíquota efetiva de impostos	32,82%	32,51%

8.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Notas Explicativas

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	31/03/2026	31/12/2025
Ativo	47	42
Provisão de manutenção	20	1
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	6	11
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	14	12
Provisão para participação nos resultados (PLR)	8	7
Programa de gratificação de longo prazo	4	4
Resultado de operações com derivativos	(5)	7
Compensação de tributos ativo	(47)	(42)
Tributos ativos após compensação	-	-
Passivo	(1.482)	(1.495)
Receita de reequilíbrio (a)	(1.391)	(1.415)
Capitalização de custos dos empréstimos	(62)	(51)
Diferenças temporárias Lei n.º 12.973/2014 (b)	(24)	(25)
Custo de transação de debêntures	(3)	(3)
Ajuste a valor presente	(2)	(1)
Compensação de tributos passivos	47	42
Tributos passivos após compensação	(1.435)	(1.453)
Tributos diferido líquido	(1.435)	(1.453)

Movimentação do imposto diferido	2026	2025
SalDOS em 1º de janeiro	(1.453)	(1.394)
Reconhecimento no resultado	18	(3)
SalDOS em 31 de março	(1.435)	(1.397)

- (a) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na Companhia, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
- (b) SalDOS de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	SalDOS a pagar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante			
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Outorga fixa	52	52	555	568	13	13
Total	52	52	555	568	13	13

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	31/03/2026			31/12/2025		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	1	-	1	-	308	308
Aplicações financeiras	-	-	-	-	305	305
Bancos conta movimento	-	-	-	-	3	3
Contas a receber	1	-	1	-	-	-
Passivo	26	-	26	13	-	13
Fornecedores e contas a pagar	10	-	10	13	-	13
Juros sobre capital próprio	16	-	16	-	-	-

Transações	2026 Jan - Mar			2025 Jan - Mar		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	-	-	-	3	3
Repasso de custos e despesas - Oficina de Placas	-	-	-	-	(1)	(1)
Repasso de custos e despesas - CSC	34	-	34	33	-	33

10.1 Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração (a) (b)	1	-
Outros benefícios:	1	-
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano (c)	1	-

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 3 de março de 2026, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 1.300, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

- (a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria;
- (b) Durante o trimestre findo em 31 de março de 2026, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 9, referente às despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave; e
- (c) Durante o trimestre findo em 31 de março de 2026, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 1.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1	37	18	55	111	39	150
Adições	-	-	-	-	-	48	48
Baixas	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Transferências	-	20	8	14	42	(42)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	2	-	-	2	-	2
Depreciação	-	(8)	(6)	(12)	(26)	-	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1	51	20	56	128	45	173
Custo	4	100	40	207	351	45	396
Depreciação acumulada	(3)	(49)	(20)	(151)	(223)	-	(223)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1	51	20	56	128	45	173
Adições	-	-	-	-	-	10	10
Baixas	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Depreciação	-	(1)	(1)	(2)	(4)	-	(4)
Saldos em 31 de março de 2026	1	50	19	53	123	55	178
Custo	4	99	40	206	349	55	404
Depreciação acumulada	(3)	(49)	(21)	(153)	(226)	-	(226)
Saldos em 31 de março de 2026	1	50	19	53	123	55	178
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de março de 2026	10	12	21	15			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1 no trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$ 1 no trimestre findo em 31 de março de 2025). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025 foram de 0,96% a.m. e 0,98% a.m., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do Intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2025	5.874	5	7	5.886	48	5.934
Adições	-	-	7	7	130	137
Transferências	109	5	(5)	109	(109)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Amortização	(405)	(2)	-	(407)	-	(407)
Outros	(4)	-	-	(4)	(1)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.574	8	7	5.589	68	5.657
Custo	9.160	34	7	9.201	68	9.269
Amortização acumulada	(3.586)	(26)	-	(3.612)	-	(3.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.574	8	7	5.589	68	5.657
Adições	-	-	1	1	53	54
Transferências	36	1	(1)	36	(36)	-
Amortização	(97)	-	-	(97)	-	(97)
Saldos em 31 de março de 2026	5.513	9	7	5.529	85	5.614
Custo	9.196	35	7	9.238	85	9.323
Amortização acumulada	(3.683)	(26)	-	(3.709)	-	(3.709)
Saldos em 31 de março de 2026	5.513	9	7	5.529	85	5.614
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de março de 2026	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de março de 2026, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	82
SP - 330 - 2ª Fase Complexo Jundiaí	44
Faixa Adicional SP-330	26
Implantação caixas produtos perigosos SP-330	8
Melhoria na infraestrutura da sede de Jundiaí	2
Canalização de córrego com estrutura de contenção	2

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 33 no trimestre findo em 31 de março de 2026. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no trimestre findo em 31 de março de 2026 foi de 0,96% a.m..

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2026	31/12/2025
15ª Emissão - Série única	CDI + 0,44% a.a.	0,4903% (a)	Novembro de 2030	5	4	2.113	2.039 (c)
16ª Emissão - Série 1	CDI + 0,50% a.a.	0,5534% (a)	Julho de 2032	5	5	1.435	1.486 (c)
16ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0457% a.a.	(b)	Julho de 2037	-	-	1.173	1.182 (c)
Total				9	9	4.721	4.707

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	230	205
Debêntures	173	168
Valor justo	59	39
Custos de transação	(2)	(2)
Não circulante	4.491	4.502
Debêntures	4.527	4.510
Valor justo	(29)	(1)
Custos de transação	(7)	(7)
Total geral	4.721	4.707

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19; e

Notas Explicativas

Garantias:

(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	31/03/2026
2027	-
2028	-
2029	1.000
2030	1.000
A partir de 2031	2.527
Valor justo	(29)
(-) Custo de transação	(7)
Total	4.491

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8	10	13	31
Constituição	2	-	1	3
Reversão	-	-	(13)	(13)
Pagamentos	(1)	(2)	(1)	(4)
Saldo em 31 de março de 2026	9	8	-	17

Notas Explicativas

14.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis e administrativos	14	11
Trabalhistas e previdenciários	8	10
Total	22	21

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2026 é de R\$ 17 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2025).

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1	1	2
Constituição	156	-	156
Ajuste a valor presente	1	-	1
Realização	(99)	-	(99)
Saldos em 31 de março de 2026	59	1	60

A taxa em 31 de março 2026 e 31 de dezembro de 2025, para o cálculo do valor presente, foi de 11,43% a.a..

16. Patrimônio líquido

16.1 Juros sobre capital próprio

Em 25 de março de 2026, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 19, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 16, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 3. Os juros sobre o capital próprio ora aprovados foram pagos em 13 de abril de 2026.

Notas Explicativas

16.2 Lucro básico

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Lucro líquido	307	298
Denominador		
Média ponderada de ações - básico	175	175
Lucro por ação - básico	1,75429	1,70286

17. Receitas operacionais líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta	1.028	938
Receitas de pedágio	990	916
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	19	7
Receitas acessórias	19	15
Deduções das receitas brutas	(87)	(80)
Impostos sobre receitas	(87)	(80)
Receita operacional líquida	941	858

18. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Despesas financeiras	(193)	(167)
Juros sobre debêntures	(141)	(157)
Capitalização de custos dos empréstimos	34	2
Variação monetária sobre debêntures	(17)	-
Perda com operações de derivativos	(55)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1)	(11)
Valor justo sobre debêntures	(12)	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1)	(1)
Receitas financeiras	92	18
Rendimento sobre aplicações financeiras	23	17
Ganho com operações de derivativos	48	-
Valor justo sobre debêntures	20	-
Juros e outras receitas financeiras	1	1
Resultado financeiro líquido	(101)	(149)

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

19.1 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/03/2026	31/12/2025
Ativos	Nível	1.434	968
Valor justo através do resultado		1.070	634
Caixa e bancos	Nível 2	4	7
Aplicações financeiras	Nível 2	965	610
Contas a receber com operações de derivativos	Nível 2	101	17
Custo amortizado		364	334
Contas a receber das operações		363	334
Contas a receber de partes relacionadas		1	-
Passivos		(4.834)	(4.837)
Valor justo através do resultado		(1.173)	(1.182)
Debêntures (a)	Nível 2	(1.173)	(1.182)
Custo amortizado		(3.661)	(3.655)
Debêntures (a)		(3.548)	(3.525)
Fornecedores e outras contas a pagar		(94)	(107)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(10)	(13)
Passivo de arrendamento		(4)	(5)
Obrigações com Poder Concedente		(5)	(5)
Total		(3.400)	(3.869)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	4.700	3.513	4.678	3.501

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data base.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso essa debênture fosse mensurada pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.144 em 31 de março de 2026, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual da dívida	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 16ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0457% a.a.	CDI – 0,80% / CDI – 0,805% / CDI – 0,815%	1.143

(a) Valor bruto do custo de transação.

19.2 Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de março de 2026, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa de emissões de debêntures. Abaixo está detalhada a operação vigente em 31 de março de 2026:

Risco	Risco coberto
Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2

O instrumento financeiro derivativo foi negociado em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra o instrumento derivativo contratado para a Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
		Moeda local		Moeda local Recebidos / (Pagos)		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Swap - riscos de juros	2037	1.100	1.100	(34)	-	44	17	7	-

19.3 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3.1 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures, derivativos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2027, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) e (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	4.686	(683)	(852)	(1.021)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(683)	(852)	(1.021)
CDI	970	86	107	128
Efeito sobre as aplicações financeiras		86	107	128
Total do efeito líquido de perdas		(597)	(745)	(893)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,6500%	18,3125%	21,9750%
--------------------	----------	----------	----------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

Notas Explicativas

- (2) Taxa de 31/03/2026, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/03/2026, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação do fator de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1 Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

		% Base	Valor pago no período		Circulante	
			Valor a pagar			
			31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/12/2025
Outorga variável	1,5	Receita bruta	15	13	5	5

20.2 Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem os valores dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contempla eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	31/03/2026	31/12/2025
Compromissos relativos à concessão	2.498	2.632

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

Notas Explicativas

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Passivo de arrendamento	Operações com derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(4.707)	(5)	17	(4.695)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	136	1	34	171
Pagamentos de principal	-	1	-	1
Pagamentos de juros	136	-	-	136
Liquidação de operações com derivativos	-	-	34	34
Outras variações que não afetam caixa	(150)	-	(7)	(157)
Despesas com juros e variação monetária	(158)	-	-	(158)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	-	-	(7)	(7)
Valor justo sobre debêntures	8	-	-	8
Saldo em 31 de março de 2026	(4.721)	(4)	44	(4.681)

22. Eventos Subsequentes

Em 6 de abril de 2026, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA): (i) a distribuição de dividendos no valor de R\$ 197, a título de dividendos intermediários de 2026, à conta do saldo total da Reserva de Retenção de Lucros de 2025; e (ii) o pagamento de dividendos no valor de R\$ 381, à conta do saldo total dos dividendos adicionais propostos nas Demonstrações Financeiras referentes a 31/12/2025 e aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2026 ("AGO 2026"), tendo como base acionária a data da referida AGO 2026. Os dividendos intermediários e os dividendos adicionais foram pagos em 13 de abril 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e aos administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.
Jundiaí – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março 2026.

Jundiaí/SP, 12 de maio de 2025.

Rodrigo Fernandes Monteiro
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Fausto Camilotti
Diretor

Guilherme Motta Gomes
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março 2026.

Jundiaí/SP, 12 de maio de 2025.

Rodrigo Fernandes Monteiro
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Fausto Camilotti
Diretor

Guilherme Motta Gomes
Diretor